



Senado aprova adesão do Brasil a tratado de controle de armas

Texto, que foi assinado pelo país em 2013 e agora será promulgado, tem como objetivo monitorar movimentação internacional de armamentos

O Plenário do Senado aprovou ontem a adesão do Brasil ao Tratado sobre Comércio de Armas, assinado pelo país na Organização das Nações Unidas em 2013. Por meio do acordo, os países signatários se comprometem a adotar uma série de medidas para controlar suas exportações de armas e munições. O objetivo do tratado internacional

é evitar que os armamentos parem em locais onde serão usados na prática de crimes, como atos terroristas. O texto do acordo agora será promulgado.

Ainda ontem, os senadores aprovaram no Plenário um acordo de 2013 firmado entre o Brasil e o Uruguai para reduzir as exigências burocráticas no reconhecimento mútuo de

documentos públicos, como as escrituras e os atos notariais. Para serem reconhecidos, segundo o acordo bilateral, os papéis precisarão apenas de uma etiqueta, afixada de modo gratuito pelo país de origem, certificando a autenticidade da firma e a qualificação do signatário. O texto do acordo entre o Brasil e o Uruguai também vai para a promulgação. **3**



Marcos Brandão/Senado Federal

Eunício disse que as votações sobre segurança serão retomadas no dia 20

Eunício reafirma prioridade para propostas de segurança pública

O Plenário deve retomar no dia 20, após o Carnaval, a votação de propostas da pauta de segurança pública elaborada pelo Senado para ajudar no combate à violência.

O anúncio foi feito pelo presidente da Casa, Eunício

Oliveira. Ele garantiu que todos os projetos da pauta serão avaliados.

A primeira proposta a ser analisada pelos senadores é a que impede o bloqueio de recursos destinados aos fundos de segurança pública. **2**

Segue para sanção projeto que prevê direito à educação ao longo da vida

Foi aprovado ontem, em Plenário, projeto que inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o conceito de educação e aprendizagem ao longo da vida, inserido como direito no contexto da educação de jovens e adultos e da educação especial. O projeto vai à sanção presidencial. **3**

Isenção tributária dada pelo Paraguai será avaliada por comissão externa

O Plenário aprovou ontem a criação de uma comissão externa para avaliar o sistema de isenção tributária adotado pelo Paraguai. Segundo Eduardo Braga, autor do pedido que deu origem à comissão, há um grande número de empresas brasileiras migrando para o país vizinho. **3**

Debatedores querem alterar reforma trabalhista

A reforma trabalhista tira direitos da população e precisa de modificações. Esse foi o tom do debate de ontem da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que reuniu juízes, auditores-

-fiscais e procuradores da área do trabalho.

Paulo Paim, vice-presidente do colegiado, espera que o próximo governo faça uma revisão na legislação.

— O texto aprovado é a

Consolidação das Leis do Empregador.

A subcomissão já realizou 15 audiências públicas e as contribuições dos especialistas serão incorporadas ao relatório final. **4**



Genaldino Mota/Agência Senado

A procuradora do Trabalho Vanessa Patriota fala na audiência de ontem observada por Telmário Mota e Paulo Paim

Biblioteca oferece mais de 1,3 mil obras raras para download gratuito

Biblioteca oferece mais de 1,3 mil obras raras para download gratuito

O acervo de obras raras da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho tem 2,9 mil exemplares. Desse total, 1,3 mil obras raras — algumas com mais de 300 anos — estão entre os mais de 260 mil documentos disponíveis para download gratuito pela internet. **2**

Vetos ao Refis Rural serão discutidos por comissão

Audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, marcada para 20 de fevereiro, debaterá os vetos presidenciais ao Programa de Regularização Tributária Rural, o Refis Rural, com especialistas e representantes do setor. Lasier Martins apresentou requerimento para encontro com o presidente Temer para conversar sobre vetos, como o fim da isenção de multas e encargos. **4**



Presidente da comissão, Ivo Cassol, marca debate sobre Refis

Marcos Oliveira/Agência Senado — 6/2/2018



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



Pauta sobre segurança será retomada dia 20, diz Eunício

Das propostas anunciadas pelo presidente do Senado para contribuir no combate à violência, primeira a ser votada deve ser a que impede o bloqueio de recursos orçamentários dos fundos de segurança

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, agendou para a sessão deliberativa do dia 20 a continuação da votação dos projetos da pauta de segurança pública da Casa, anunciada por ele na abertura do ano legislativo.

O primeiro item a ser analisado deve ser a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 118/2011, que impede o bloqueio de recursos orçamentários destinados aos fundos de segurança.

— Os nove itens que anunciamos na abertura dos trabalhos do Congresso, se Deus quiser, vou entregá-los na prática, na aprovação e no encaminhamento à Câmara.

Eunício defendeu a criação de um sistema integrado de segurança pública, como o Sistema Único de Saúde (SUS), que é unificado, com responsabilidades definidas para cada ente federativo. O mesmo ocorre com a educação, disse.

— Na segurança pública, que sistema integrado temos? Temos o Funpen [Fundo Penitenciário Nacional], com recursos que não são alargados. Pode construir penitenciária ou outras coisas, mas não pode comprar armas. Temos que fazer algo integrado — defendeu.

Ele anunciou que a comissão especial criada pelo presidente da Câmara dos Deputados,



Eunício anuncia participação do Senado em comissão sobre segurança

Rodrigo Maia, com a participação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, para tratar da segurança e discutir a unificação do sistema também terá participação de senadores.

— Combinamos, eu e Rodrigo, que transformaríamos essa comissão em uma comissão do Congresso Nacional, para encontrarmos uma saída.

Previdência

Esse grupo deve elaborar propostas que alterem pontos da legislação para auxiliar no combate ao narcotráfico e ao contrabando, para facilitar o rastreamento de recursos oriundos do tráfico de armas e drogas. Deve ainda discutir a interconexão das inteligências dos sistemas de segurança.

Questionado pela imprensa sobre a necessidade de aprovação da reforma da Previdência, Eunício ressaltou seu constrangimento em comentar os trâmites de uma proposta que não chegou à Casa e que nem se sabe se virá. Ele disse, no entanto, que a aprovação é importante para “acabar com privilégios em todo o Brasil e em todas as instâncias, em todos os Poderes”.

Eunício lembrou ainda que este será um assunto obrigatório na campanha eleitoral, caso o texto não seja aprovado nos próximos meses.

— A sociedade vai querer saber o que pensa cada candidato em relação à reforma da Previdência, se ela não for feita agora. Esse debate vai acontecer em qualquer circunstância.

Estados não podem enfrentar escalada da violência sozinhos, afirma Jorge Viana

Em discurso ontem, Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o Brasil vive uma guerra civil. Segundo ele, em 2017 o número de assassinatos foi de 62 mil.



não têm condições de enfrentar as organizações criminosas sozinhos.

Ao elogiar a aprovação do projeto que obriga a instalação de

Para o senador, os políticos devem propor soluções para o problema. Ele criticou o corte de verbas do governo federal para a área da segurança pública e afirmou que os estados

bloqueadores de celulares em presídios, ele lembrou que o governador do Acre, Tião Viana, já havia implementado a medida em todos os presídios do estado.

Para Cristovam, debate sobre violência tem sido feito de forma superficial

Apesar de o Brasil viver uma guerra civil sem precedentes, o debate sobre a violência tem sido superficial, disse Cristovam Buarque (PPS-DF).



bandidos na cadeia, mais câmeras de vigilância, mais grades nas casas.

Para Cristovam, são várias as causas da violência: magistra-

dos e políticos que gozam apenas em segurança:

de privilégios injustificáveis, a desigualdade social, que por décadas se mantém entre as cinco piores do mundo, a corrupção e o descaso com a educação.

— Não basta ter segurança, é preciso ter paz. Segurança é prender criminoso; paz é não chegar a ter crimes. É estupidez querer apenas mais

Pedro Chaves lamenta violência no Rio e pede ações de vigilância nas fronteiras

Pedro Chaves (PSC-MS) lamentou a escalada de violência nos últimos dias no Rio de Janeiro. O senador disse estar chocado com as cenas de con-



drogas e contrabando no país.

— Os traficantes não fabricam armas nem drogas, tanto o armamento quanto os entorpecentes

flito armado e sugeriu uma atuação conjunta dos estados brasileiros, da União e até mesmo dos países fronteiriços para, com ações de inteligência, frear a entrada de armas,

que vendem chegam pelas fronteiras, graças a policiamento ineficiente e incapaz — declarou Chaves.

Para ele, o governo federal vive uma “espécie de letargia”.

Biblioteca oferece download de 1,3 mil obras raras

O acervo de obras raras da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, tem 2,9 mil exemplares. Desse total, 1,3 mil publicações — algumas com mais de 300 anos — também estão disponíveis para download gratuito.

O livro mais antigo é o *Novvs Orbis feu Descriptionis Indiae Occidentalis*, de Johannes de Laet, datado de 1633. A obra descreve aspectos geográficos, etnológicos e linguísticos da América e traz relatos e dese-

nhos de animais e plantas da região, com especial destaque para o Brasil.

Outra obra de grande valor histórico é a versão digitalizada do decreto que aboliu a escravatura no Brasil.

A coordenadora da Biblioteca, Mônica Rizzo, destaca a coleção particular do senador e bibliófilo Luiz Viana Filho, com quase 11 mil volumes, negociada com a família em 1997, após a morte do colecionador.

— A coleção contempla

obras de cunho político e sobre as questões de estabelecimento das fronteiras brasileiras.

A Biblioteca Digital do Senado oferece download gratuito de mais de 260 mil documentos, entre livros, artigos de revistas, notícias de jornal, textos de senadores e servidores do Senado e legislação, inclusive em áudio.

O endereço para acesso à Biblioteca pela internet é www.senado.leg.br/institucional/biblioteca.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Marcos Oliveira/Agência Senado



Eunício Oliveira conduz sessão em que senadores ratificaram acordo sobre comércio internacional de armamento

Acordo internacional sobre controle de armas é aprovado

Texto, que foi assinado pelo Brasil na ONU em 2013 e será promulgado, busca controlar exportações de armamentos, de modo a minimizar o impacto negativo do comércio global desse tipo de material

O TRATADO SOBRE Comércio de Armas, assinado pelo Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, em 2013, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

O documento obriga os países a adotar medidas jurídicas e administrativas para controlar transferências internacionais de armamentos e munições e também criar listas nacionais para ao menos oito categorias de armas: tanques, veículos de combate blindados, sistemas de artilharia de grande calibre, aeronaves, helicópteros de ataque, navios de guerra, mísseis (e seus lançadores), armas pequenas e armamento leve.

O texto estabelece padrões mínimos que devem ser observados pelos países no controle de exportações, de modo a

prevenir ou minimizar impactos negativos de transferências internacionais de armas.

Desburocratização

Os senadores aprovaram também o texto de um acordo assinado em 2013 entre o Brasil e o Uruguai sobre simplificação de documentos e desburocratização.

O acordo determina que não haverá intervenção consular de legalização como requisito de reconhecimento da validade de documentos públicos produzidos em ambos os países. Os documentos considerados públicos são os emitidos por funcionário público, escrituras públicas e atos notariais, e certificações oficiais de assinaturas ou de datas que figurem em documentos privados.

O texto estabelece que, para o reconhecimento, bastará uma etiqueta ou intervenção acoplada de modo gratuito pelo Estado de origem. A manifestação deve certificar a autenticidade da firma, a qualificação do signatário e a identidade de eventuais carimbos ou etiquetas.

Ambos os países poderão solicitar informações adicionais caso haja dúvidas acerca da autenticidade do documento.

Os textos de tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte devem passar pelo crivo do Congresso, que os aprova por meio de projeto de decreto legislativo. O PDS 243/2017, sobre o comércio de armas, e o PDS 244/2017, sobre documentos públicos, agora serão promulgados.

Aprendizagem ao longo da vida deverá tornar-se direito

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) passará a prever o conceito de educação e aprendizagem ao longo da vida, inserido como direito no contexto da educação de jovens e adultos (EJA) e da educação especial.

A inovação consta do PLC 75/2017, que foi aprovado ontem pelo Plenário e agora vai para a sanção presidencial.

Do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), o projeto inclui o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida como um dos princípios

norteadores do ensino brasileiro. A proposta foi relatada na Comissão de Educação (CE) pelo senador Cristovam Buarque (PPS-DF). Na avaliação dele, o projeto não só moderniza a LDB, mas também fortalece a articulação entre a EJA e a educação especial.

O projeto prevê ainda que o atendimento ao estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deverá ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino.

Comissão externa vai avaliar isenção tributária no Paraguai

O Plenário aprovou ontem a formação de uma comissão externa para avaliar o sistema de isenção tributária adotado pelo Paraguai. O pedido para criar o grupo partiu de Eduardo Braga (PMDB-AM), que apontou o grande número de empresas brasileiras migrando para o país vizinho.

A intenção é visitar as zonas de maquila (regime de isenção tributária), que tem atraído empresários brasileiros com tributações mais baixas. Segundo ele, é um movimento que não vai

atingir somente a Zona Franca de Manaus, mas outros estados, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e até São Paulo.

— São grandes empresas que estão em um movimento de ir para uma zona de isenção fiscal que produz 100% para exportar para o mercado doméstico brasileiro.

A comissão terá seis integrantes e vai funcionar por seis meses. Os senadores pretendem fazer audiências e reuniões com organismos internacionais.

Alterações na reforma da Previdência não foram suficientes, avalia Gleisi

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), as mudanças apresentadas pelo governo à reforma da Previdência não foram suficientes para acabar com as injustiças e os erros da proposta — a começar pelo aumento da idade mínima para aposentadoria das mulheres, que terão que trabalhar sete anos a mais.

— Retiraram os trabalhadores rurais e melhoraram a vida dos policiais. Mas aquilo que afeta a maioria das pessoas, não foi feito no texto.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Dário Berger pede mudança nas aposentadorias, ainda que de forma flexibilizada

Dário Berger (PMDB-SC) defendeu a aprovação da reforma da Previdência, mesmo com um texto flexibilizado. Para ele, a proposta em análise na Câmara precisa ser aprovada “na medida do possível”, pois “a matemática das contas da Previdência não fecha”.

— Nós encerramos o ano de 2017 com um rombo nas contas da Previdência Social de R\$ 268 bilhões. Isso é muito mais do que nós investimos em educação, saúde e segurança juntas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo Lindbergh, Temer governa a favor dos mais ricos e contra os mais pobres

Lindbergh Farias (PT-RJ) acusou ontem o presidente Temer de governar para os ricos e contra o povo. Na quarta-feira ele já havia chamado a reforma da Previdência de “maldade” com os trabalhadores.

— Vamos ter que fazer uma grande mobilização para derrotar a reforma da Previdência. Vai ter greve geral. Espero que os deputados entendam o recado do povo. Quem votar a favor dessa reforma da Previdência não volta.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paim cita documento de entidade internacional que critica reforma trabalhista

Paulo Paim (PT-RS) citou em discurso a divulgação de um documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) pedindo que o governo brasileiro considere a revisão de alguns pontos da reforma trabalhista, como a prevalência de negociações coletivas sobre a lei.

— O documento é encaminhado pela OIT, que tem claro que a reforma retira direitos sagrados dos trabalhadores do país e, por isso, pede que haja uma revisão — afirmou Paim.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Migração de empresas brasileiras para o Paraguai preocupa Eduardo Braga

Preocupado com a transferência de empresas para o Paraguai, Eduardo Braga (PMDB-AM) pediu a criação de comissão externa de senadores para averiguar a situação. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem. Para o senador, é urgente encontrar uma solução para a perda de postos de trabalho no Brasil:

— As zonas de maquila [regime de isenção de impostos] geram 11 mil empregos que poderiam estar sendo gerados no Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Requião diz que notícias sobre o auxílio-moradia são um recado ao Judiciário

Roberto Requião (PMDB-PR) explicou ontem as razões pelas quais, segundo ele, a mídia passou a devasar nos últimos dias o auxílio-moradia de juízes e procuradores. Para ele, a mídia está mandando um recado dos “donos do poder”, o sistema financeiro, ao Judiciário e ao Ministério Público.

— Os donos da bola querem disciplinar o jogo. Querem que suas excelências permaneçam em suas posições e não fujam do esquema até agora praticado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Reguffe critica “mordomias” de autoridades e diz que fez cortes em seu gabinete

Na quarta-feira, Reguffe (sem partido-DF) criticou as “mordomias” das autoridades dos três Poderes. Ao citar os benefícios recebidos por juízes, ministros e parlamentares, ele refutou o argumento de que direitos como o auxílio-moradia são uma complementação salarial. Citando a si mesmo como bom exemplo, Reguffe informou que os cortes promovidos em seu gabinete geraram uma economia direta de R\$ 16,7 milhões.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Na visão de Humberto, condenação judicial mostra que Lula é vítima de caçada

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que a condenação do ex-presidente Lula pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região decorre de perseguição política. Segundo o senador, o entendimento de “grandes juristas do Brasil e do mundo” é de que há várias falhas no processo. Ele disse estranhar o “pouco respeito à defesa” e o fato de a pena determinada pelos três juízes ter sido a mesma.

— Há uma caçada contra Lula, com o objetivo de impedir que seja candidato.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senador Lasier Martins quer discutir vetos com presidente Temer por acreditar que programa de renegociação pode prejudicar produtores

Comissão vai debater estratégias para derrubar vetos ao Refis Rural

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai fazer uma audiência pública para os senadores discutirem, com especialistas e representantes do setor produtivo, os vetos presidenciais à lei que institui o Programa de Regularização Tributária Rural, o Refis Rural (Lei 13.606/2018).

O presidente da comissão, senador Ivo Cassol (PP-RO), marcou o debate para 20 de fevereiro. A reunião faz parte das estratégias de atuação da CRA para este ano.

Sem perdão

Ao sancionar a nova lei, o presidente Michel Temer vetou o perdão de multas e encargos sobre dívidas dos produtores, além de outros 24 pontos da lei que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) para débitos acumulados com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Lasier Martins (PSD-RS) apresentou um requerimento pedindo uma conversa com



Cassol, presidente da CRA, marcou o debate para o dia 20 e Dário criticou vetos à regularização tributária

o presidente da República na tentativa de discutir alguns dos vetos que, segundo ele, prejudicam os produtores rurais.

— Milhares de produtores ficarão asfixiados com as condições propostas por esta lei sancionada. A situação não é boa para os produtores nos termos em que ficou, principalmente com os vetos,

que são ruinosos para o produtor rural — disse o senador.

Dário Berger (PMDB-SC) também criticou a forma com que a regularização tributária rural foi sancionada. O senador disse que a medida atrapalha o desenvolvimento do setor, que considera um dos principais eixos econômicos do Brasil.

— Aplicar o projeto de lei sancionado pelo presidente da República vai causar um tsunami na agricultura, principalmente, nos pequenos e médios agricultores do Brasil. O agronegócio é o vetor econômico mais importante no atual estágio da economia que nós estamos vivendo — alertou Dário.

Especialistas pedem mudanças na reforma trabalhista

Na primeira audiência pública de 2018, ontem, a Subcomissão do Estatuto do Trabalho discutiu a relação de emprego de quem foi contratado pelas regras da nova lei trabalhista. De acordo com o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa, a lei retirou direitos dos trabalhadores.

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Guilherme Feliciano, a lei trabalhista vigente terá de ser reformada.

— Quando se perceber que o Estado continua necessário nas relações de trabalho para garantir mínima civilidade no trato contratual entre empregado e empregador, precisamos ter um texto já, para que tenhamos uma modernização da lei.

O vice-presidente da subcomissão, Paulo Paim (PT-RS), espera que o próximo governo faça essa revisão.

— Que a nova CLT que possamos construir seja uma CLT efetivamente comprometida com o mundo do trabalho — disse o senador.

Telmário critica governo e diz que RR beira o colapso

Telmário Mota (PTB-RR) criticou a omissão do governo Temer sobre os problemas enfrentados por Roraima com a chegada em massa de migrantes venezuelanos. Ele considerou inadmissível o descaso com o estado, que viu sua população saltar de 520 mil para 600 mil habitantes em poucos meses. Em discurso ontem, Telmário disse que Roraima está à beira do colapso. Segundo ele, a comitiva com representantes do governo federal que ia ao Suriname criou falsas expectativas, porque fez apenas parada técnica em Boa Vista.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Vanessa quer evitar demissões na Eletrobras

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a Eletrobras pode demitir 227 funcionários e autorizar a venda de suas seis distribuidoras. Ela afirmou que a empresa pública de energia elétrica pode ainda fazer uma demissão em massa a qualquer momento, conforme notícias da imprensa. Para a senadora, a reforma trabalhista facilitou as regras para que empresas possam fazer demissões em grande número. Ela informou que pedirá o apoio do presidente do Senado, Eunício Oliveira, para evitar que a Eletrobras demita tanta gente.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Viana pede informações sobre estradas no Acre

Jorge Viana (PT-AC) informou que apresentou um requerimento com pedido de informações ao ministro dos Transportes, Maurício Quintella. O senador quer saber a situação das obras de recuperação de duas estradas no Acre: a BR-317 e a BR-364. Viana lembrou que foi durante o período em que ele governou o Acre que a BR-317 foi construída, mas hoje a estrada está sob responsabilidade do governo federal. Ele disse que a situação está precária, muitos carros quebram e existem quatro municípios isolados devido à condição da rodovia. — Falo em nome da população do Acre e de todos que usam as estradas.

Valdir Raupp cobra do Dnit melhorias na BR-364

Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que ele e a bancada de Rondônia se reuniram com o diretor-geral do Dnit, Valter Casimiro, para cobrar melhorias na BR-364. A rodovia é uma das principais para o escoamento da produção agropecuária do Norte e Centro-Oeste. Entre as reivindicações, estão a restauração da rodovia e instalação de balanças para a pesagem de cargas, o que diminuiria os danos à pista por causa de veículos muito pesados. — A BR é um exemplo de má conservação da infraestrutura do país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Maria do Carmo: prevenir câncer exige investimentos

Maria do Carmo Alves (DEM-SE) chamou a atenção, ontem, para os alarmantes números divulgados pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca) nesta semana. Pesquisa aponta que 1,2 milhão de novos casos da doença devem surgir no país entre 2018 e 2019. — São números expressivos, com crescimento de até 20% na última década, tornando o câncer uma das principais causas de morte no mundo. Além da tragédia humana, ela disse isso provoca impacto na produtividade dos países e pediu maior investimento do governo em medidas de prevenção.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ângela Portela registra os 43 anos da TV Roraima

Ângela Portela (PDT-RR) registrou os 43 anos da TV Roraima, afiliada da Rede Globo na região Norte e integrante da Rede Amazônica de Televisão. — São 43 anos divulgando a região Norte e as belezas naturais da Amazônia para todo o país. A senadora disse que a TV Roraima sempre primou pelo pioneirismo, tendo sido a primeira emissora a usar o então recém-lançado videocassete. Ela acrescentou que a emissora foi fundada pelo empresário Philippe Daou (1928-2016) e, atualmente, é comandada pelos filhos dele.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ana Amélia homenageia Eva Sopher, produtora cultural

Ana Amélia (PP-RS) homenageou Eva Sopher, presidente da Fundação Theatro São Pedro, que morreu quarta-feira, aos 94 anos, em Porto Alegre. A produtora cultural era considerada a eterna guardiã do teatro. A senadora apresentou requerimento para votos de pesar à família. — Ela foi a grande mentora da restauração e recuperação de uma das obras mais importantes da nossa querida capital, o Theatro São Pedro. Eva foi uma empreendedora cultural. Em Porto Alegre, reativou o Pro Arte, organizava concertos, espetáculos de teatro e apresentações de orquestras.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Medeiros pede demissão da presidente do Ibama

José Medeiros (Pode-MT) defendeu a demissão da presidente do Ibama, Suely Araújo. O senador diz que o órgão impõe dificuldades no licenciamento de projetos importantes. Ele citou o caso de rodovia em Mato Grosso que não sai do papel há oito anos, mesmo o projeto tendo sido aprovado pelo órgão ambiental estadual. — Nós derrubamos um governo, trocamos as pessoas achando que iria destravar, e entra lá uma pior do que a outra que lá estava. Está travando o estado de Mato Grosso e o Brasil. Ele também elogiou Nova Mutum (MT) pela atenção à primeira infância.



Valdemir Barreto/Agência Senado